

Venezuela em transe



Governo interino de Delcy Rodríguez tira da prisão "um número significativo" de adversários, inclusive estrangeiros, os primeiros a sair do cárcere desde a captura de Nicolás Maduro. Analistas veem no gesto a sombra de Donald Trump

Presos políticos em liberdade

» SILVIO QUEIROZ

Menos de uma semana depois de ter assumido interinamente a presidência, no último sábado, horas depois da captura de Nicolás Maduro por um comando de elite das forças militares dos Estados Unidos, a presidente interina Delcy Rodríguez ordenou ontem a libertação de "um número significativo" de presos políticos, incluindo estrangeiros.

A medida foi anunciada pelo presidente recém-reeleito da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez, no marco da recomposição do governo chavista após a operação militar fulminante dos EUA. "Em prol da convivência pacífica, o governo bolivariano, juntamente com as instituições do Estado, decidiu libertar um número significativo de cidadãos venezuelanos e estrangeiros", disse. "Essas libertações estão ocorrendo neste exato momento", completou.

Foram as primeiras libertações de presos políticos sob a presidência interina de Delcy Rodríguez, desde que assumiu o cargo temporariamente, em 3 de janeiro. "Boas notícias!", escreveu na rede social X, o antigo Twitter, Alfredo Romero, advogado da ONG Fórum Penal, que defende presos políticos na Venezuela. "Já sabemos de algumas pessoas a caminho da liberdade, incluindo estrangeiros", acrescentou Romero.

O líder parlamentar agradeceu ao ex-presidente do Governo (primeiro-ministro) da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, ao presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Catar, "que responderam prontamente ao apelo" da presidente interina. Ao mesmo tempo, afirmou que "é um gesto unilateral do governo bolivariano". A ONG

Ronaldo Schemidt / AFP



Forças de segurança em posição na entrada da prisão de El Helicoide, destino habitual reservado para os dissidentes do regime chavista

Fórum Penal contabiliza 806 presos por razões políticas na Venezuela, dos quais 175 são militares.

Influência

Em comunicado, a Casa Branca tratou de caraterizar a libertação dos presos como fruto da "influência" assumida na Venezuela pelo presidente Donald Trump, depois de incursão cirúrgica que resultou na captura de Maduro, transportado com a mulher, Cilia Flores, para um centro de detenção em Nova York, onde ambos serão julgados por acusações que abrangem

narcotráfico, terrorismo e posse ilegal de armas de guerra — no caso, especificamente, metralhadoras. "Este é um exemplo de como o presidente está utilizando ao máximo sua influência para fazer o que é certo para os povos norte-americano e venezuelano", afirmou a subsecretária de imprensa Anna Kelly.

Para a cientista política venezuelana María Isabel Puerta, professora da Universidade do Colorado (EUA), a libertação dos prisioneiros parece refletir a compreensão, por parte da presidente interina Delcy Rodríguez — irmã do

presidente do parlamento — de que "é frágil" a transição em andamento no país desde a captura do presidente Nicolás Maduro. Vice escolhida pelo titular desde 2013, ela "sabe que Donald Trump não hesitaria em colocar em prática medidas ainda mais duras, caso sinta relutância da parte de Rodríguez. "Ele não teria dúvidas sobre isso", afirmou, em entrevista ao *Correio*. Orlando Vieira-Blanco, advogado e cientista político venezuelano, colunista do jornal opositor *El Universal*, é até mais categórico — e direto. "Ela não fez uma concessão", disse à reportagem. "Isso foi uma ordem."

Vieira-Blanco vê na saída dos presos, precedida pela libertação de outras dezenas, nos últimos dias de 2025, "mais um gesto de obediência (do governo chavista aos EUA)". Na sua avaliação, apesar de não ter sido anunciada como tal, a iniciativa "se impôs nos bastidores". "É um passo positivo, outro avanço em matéria de direitos humanos, consequência direta e inevitável da captura de Maduro", resume.

Vieira-Blanco vê na saída dos presos, precedida pela libertação de outras dezenas, nos últimos dias

É um passo positivo, outro avanço em matéria de direitos humanos, consequência direta e inevitável da captura de Maduro"

Orlando Vieira-Blanco,
advogado e cientista político venezuelano

de 2025, "mais um gesto de obediência (do governo chavista aos EUA)". Na sua avaliação, apesar de não ter sido anunciada como tal, a iniciativa "se impôs nos bastidores". "É um passo positivo, outro avanço em matéria de direitos humanos, consequência direta e inevitável da captura de Maduro", resume.

Maria Isabel Puerta, analisa o comportamento da presidente interina como o de alguém que trata de obter "algum ganho" em uma situação na qual tem a consequência de que, em relação a Trump, "está do lado mais fraco" no confronto. "É a sobreivência (política) dela que está em jogo", observa. O colunista do *Universal* concorda: "Até aqui, assistimos a um esforço 'disciplinado' (da presidente interina), que trata de salvaguardar a própria integridade e de buscar uma saída política".

Petro e Trump acertam encontro

O primeiro político de esquerda a governar a Colômbia, o ex-guerrilheiro Gustavo Petro, aceitou ontem o convite de Donald Trump para comparecer à Casa Branca, em data a ser definida, para discutir a crise na Venezuela e alternativas para realizar "ações conjuntas" contra o Exército de Libertação Nacional (ELN), remanescente da luta armada iniciada no país nos anos 1960. Washington aponta os rebeldes como responsáveis pelo envio de cocaína para os Estados Unidos, e o próprio presidente colombiano postou nas redes sociais, nos últimos dias de 2025, o relato de um suposto ataque militar norte-americano contra uma instalação ligada ao narcotráfico supostamente mantido pelo ELN em uma região fronteiriça — do lado venezuelano —, dias antes da incursão norte-americana que resultou na captura de Nicolás Maduro.

A realização do encontro presencial foi discutida pelos dois governantes na véspera, na primeira conversa que tiveram, por telefone, desde o retorno de Trump à Casa Branca, há pouco menos de um ano. Petro, eleito em 2022, deixará a Casa de Nariño em agosto para dar posse ao sucessor a ser eleito entre maio e junho. Por dispositivo constitucional, ele não poderá disputar um segundo mandato. Crítico frontal da operação do último sábado em Caracas, o presidente colombiano comandou na véspera uma manifestação em favor da "soberania" da América Latina na Praça Bolívar, na capital, onde fica o palácio.

De acordo com o ministro do Interior, Armando Benedetti, o contato direto entre Petro e Trump, que mais de uma vez o chamou de "narco-raficante" e "terrorista", é parte de uma manobra destinada a promover a distensão entre Washington e Bogotá. Paralelamente, o presidente apostava em exercer maior protagonismo na

região nos últimos meses. Colômbia e Venezuela compartilham uma fronteira terrestre que se estende por mais de 2 mil quilômetros, foco de tensão e escaramuças ao longo das últimas décadas — em especial, nas primeiras décadas do século 21, quando chegou ao ápice o poderio militar e a presença territorial das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que depuseram armas em 2018, como parte de um acordo de paz.

Depois do telefonema, o diálogo entre os dois governos mudou da troca de acusações e ameaças para um "clima de alívio e tranquilidade", avalia o vice-chanceler da Colômbia, Mauricio Jaramillo. "Mas não há um ambiente de triunfalismo", observou. A palavra-chave, completou, é "cautela". O ministro do Interior informou que Petro teria pedido o apoio de Trump para "golpear duramente o ELN" em solo venezuelano, uma vez que os guerrilheiros "sempre terminavam lá" após confrontos com a força pública colombiana. "Havia momentos em que a Venezuela ajudava, e outros em que não", afirmou. "É preciso atacá-los também na retaguarda."

Catástrofe

Jaramillo, de duas partes, ressaltou que "o desafio", na delicada relação bilateral com Washington, é "virar página e manter um diálogo construtivo", que permita tratar de temas "espinhosos e difíceis, mas dentro do marco da democracia". Jaramillo alertou, porém, que a ofensiva militar dos EUA na Venezuela pode escalar e desencadear uma "catástrofe" sem precedentes na América Latina. "Se houver uma crise humanitária de grande magnitude, essa crise, o impacto, a devastação, serão incontroláveis. Estamos falando de uma catástrofe que nossa região não conhece."



O presidente Gustavo Petro fala a manifestantes em Bogotá

Joaquín Sarmiento / AFP



Colombianos na capital, em ato contra a ação dos EUA na Venezuela

Personagem da notícia

Das montanhas para o palácio

Aos 65 anos, Gustavo Petro prepara a passagem para mais uma etapa nova em uma trajetória política tão longa quanto acidentada, a despeito da idade nem tão avançada quanto sugere o currículo. Nasceu em uma família de poucas posses, no norte do país, transferiu-se com ela nos anos 1970 para o departamento (estado) de Cundinamarca, onde fica Bogotá. Buscou caminhos de ascensão pelo estudo e se formou em economia pela Universidade Externado, em 1982.

A essa altura, integrava já o Movimento 19 de Abril (M-19), organização guerrilheira à qual se ligou ainda com 17 anos de idade. Fundado em 1974, o M-19 se insurgiu contra o resultado — controverso e apontado como fraudulento — da eleição presidencial de 1970. Nela, foi declarado vencedor Misael Pastrana, do Partido Conservador, que se alternava no poder com o Partido Liberal desde 1958, quando as duas forças políticas tradicionais do país fizeram um pacto político ao fim de uma breve ditadura militar. Os fundadores do M-19 sustentavam como vitorioso o general Gustavo Rojas Pinilla, que colocara fim a uma guerra civil irrompida 10 anos antes entre liberais e conservadores, período que a história colombiana registra como A Violência.

Como guerrilheiro, Petro participou de várias ações armadas sob o codinome Aureliano, tomando de empréstimo do protagonista do consagrado romance *Cem Anos de Solidão*, do colombiano Nobel de Literatura Gabriel García Márquez. Chegou a ser preso e torturado em 1985, e no fim da mesma década foi um dos artífices do acordo de paz com o governo de César Gaviria, selado em 1991. A partir daí, o hoje presidente em fim de mandato ocupou cadeiras no parlamento, como deputado e senador, e foi prefeito de Bogotá entre 2012 e 2015 — o primeiro ex-combatente de esquerda a ocupar um cargo executivo desse porte.

Em 2010 e 2018, tentou sem sucesso chegar à Casa de Nariño, o palácio presidencial, pelo Polo Democrático Alternativo, que fundara com ex-camaradas de armas como Antonio Navarro Wolff. Venceu finalmente a disputa em 2022, à frente de uma coalizão mais ampla, porém minoritária no Congresso. Um de seus primeiros gestos foi demitir a cúpula das Forças Armadas e abrir negociações com remanescentes dos grupos guerrilheiros ELN e Farc. Passados quatro anos, o processo de paz segue travado. (SQ)